



**Corregedoria-Geral da Justiça**  
Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

<b>ATA DE INSPEÇÃO-GERAL ORDINÁRIA</b>
ORDEM DE SERVIÇO Nº 12/2017
COMARCA: FORO CENTRAL - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
SERVENTIA: 1º TABELIONATO DE NOTAS
DATA: 20/04/2017
<b>EQUIPE CORREICIONAL DO FORO EXTRAJUDICIAL</b>
CORREGEDOR DA JUSTIÇA: Des. MÁRIO HELTON JORGE
JUIZ AUXILIAR: - Dr. Mário Dittrich Bilieri
ASSESSORES CORREICIONAL: - Eduardo Bueno de Oliveira - Hércio José Vidotti - Luiz Fernando Altheia Molinari
<b>JUÍZA DE DIREITO CORREGEDORA DO FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA</b>
Dra. Gisele Lara Ribeiro
<b>AGENTE DELEGADO</b>
Designado: Luiz Marcelo Giovannetti
Portaria n.º 249/2013

<b>DADOS CADASTRAIS</b>
-------------------------

Dados enviados pelo Sr. Agente Delegado:



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### ANEXO 03 – TABELIONATO DE NOTAS

#### CADASTRO

Titular: Luiz Marcelo Giovannetti

Escolaridade: Superior Completo

Data Nascimento: 06/05/1966

Decreto Judiciário nº 644/94

Escrevente Substituta: Maria da Luz Giovannetti

Escolaridade: Superior Completo

Data de Nascimento: 08/09/1943

Portaria nº 76/98

Escrevente Substituta: Inaê Giovannetti

Escolaridade: Superior Completo

Data de Nascimento: 01/08/1967

Portaria nº 114/2016

#### Escrevente Indicados:

1 – Liliane Savi – Portaria 75/98 –

2 – Celia Regina Bolzani – Portaria 74/98

3 – Marlus Cesar Scheleider – Portaria 145/95

4 – Maristela Brustolin Rincoski – Portaria 59/98

5 – Ricardo Luis de Melo Souza – Portaria 133/2000

6 – Rogerio Fabrim – Portaria 24/2002

7 – Solange Barreto da Cruz – Portaria 117/2002

8 – Adriana Joaquim Fadel – Portaria 57/2008



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

- 9 – Renato Jeferson Bolzani – Portaria 101/2008
- 10 – Osiane de Cassia Azevedo – Portaria 8/2009
- 11 – Viviane Carla da Silva – Portaria 1/2010
- 12 – Marize Azevedo Giovannetti Barbosa – Portaria 2/2010
- 13 – Camila da Silva Cardoso – Portaria 184/2010
- 14 – Janaína Zanatta de Almeida – Portaria 142/2012
- 15 – Roseli Martins – Portaria 43/2012
- 16 – Suelen Cristina Alves Pereira Zella - Portaria 96/2015

### **Endereço do Cartório:**

Rua: Paula Gomes, nº 110

Bairro: Centro

Cidade: Curitiba

CEP: 80.510-070

Telefone: 41-3014-2727

Fax: 41-3014-2720

e-mail: [1tabelionato@1tabelionato.com.br](mailto:1tabelionato@1tabelionato.com.br)

Login do sistema mensageiro: a284

O Tabelionato funciona dentro do prédio do Fórum: não

O Tabelionato funciona acumulado a algum outro cartório: não

Número do Cadastro no CNPJ: 75.214.502/0001-14



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

Verificar a situação dos funcionários Claudia Buch, Cleoni Moraes Ferreira, Jeniffer Tassiana Nascimento Gomes de Almeida, Luiz Gonzaga Bettega Sperandio e Tarcisio de Oliveira Mendes, os quais constam na lista quadro de funcionários desta Corregedoria e não foram citados no Anexo C-03.

O Tabelião informa que Cleoni Moraes Ferreira nunca foi funcionário(a) do tabelionato, que Cláudia Buch foi desligada em 20/10/2008, que Jeniffer Tassiana Nascimento Gomes de Almeida foi desligada em 08/02/2017, que Tarcisio de Oliveira Mendes foi desligado em 14/09/2013 e que Luiz Gonzaga Bettega Sperandio também foi desligado, contudo, não informou a data de desligamento.

O Tabelião deve solicitar a Juíza Corregedora do Foro Extrajudicial da Comarca, a revogação das portarias de juramentação/homologação destes que não pertencem ao quadro de pessoal do tabelionato e também deve atualizar estas informações de pessoal perante a Divisão Administrativa da Corregedoria-Geral da Justiça.

### DADOS ESTRUTURAIS

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
A. A serventia está identificada como <b>Tabelionato de Notas</b> , sendo vedada a adoção do nome fantasia, podendo constar, em menor destaque, abaixo da identificação, o nome do agente delegado e suas atribuições (CN, art. 53, Parágrafo único)?			
B. O ato que indica os escreventes e substitutos e os autoriza a subscrever atos do serviço está afixado na Serventia, em local que possibilite ampla divulgação (CN, art. 56, § 2º)?			
C. O notário ou registrador informa mensalmente ao juiz corregedor do foro extrajudicial os atos praticados pelo substituto legal, nos casos de impedimento do titular (CN, art. 9º)?			
D. A serventia possui página ( <i>homepage</i> ) na internet? Em caso positivo, ela atende ao disposto no 6º do Código de Normas do Foro Extrajudicial?			
E. O espaço físico da serventia é condizente com a relevância dos serviços prestados e observa a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (CN, art. 53)?			
F. A serventia observa os dias e horários de			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no <i>caput</i> do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (CN, art. 54)?			
<b>G.</b> As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC, FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)?			
<b>H.</b> As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)?			
<b>I.</b> A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas?			
<b>J.</b> A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)?			
<b>K.</b> A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)?			
<b>L.</b> A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II) e foram comunicadas ao CNJ a adoção do sistema, ou o prazo necessário para tanto (Recomendação nº 11/2013, CNJ)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<p><b>A.</b> A Serventia está identificada como 1º Tabelionato Giovannetti, em desconformidade com a regra inscrita no art. 53 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. É vedada a utilização de nome fantasia, ainda que coincidente com o sobrenome do Agente Delegado. A Serventia deve ser identificada como 1º Tabelionato de Notas, podendo ser inscrito abaixo e em menor destaque o nome do Agente Delegado. Regularizar.</p> <p><b>B.</b> Regularizar.</p> <p><b>D.</b> <a href="http://www.1tabelionato.com.br">www.1tabelionato.com.br</a>.</p> <p><b>K.</b> Adequar os recibos dos emolumentos ao modelo 13 (quantidade de atos, valores em VRC) - Regularizar.</p>			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### DAS DETERMINAÇÕES REGISTRADAS EM ATA DA CORREIÇÃO ANTERIOR

	SIM	NÃO
As irregularidades encontradas na correição anterior foram sanadas?		
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>		
Os assuntos tratados nos itens 'K', 1.5, 2.5, 2.7 e 16.3, desta ata constaram na ata anterior como irregular - Justificar e Regularizar.		

### COMUNICADO DE ARRECADAÇÃO BRUTA SEMESTRAL AO CNJ

► Segundo semestre de 2016 - R\$ 2.129.519,44

### RELATÓRIO DE RECEITAS DO FUNREJUS

Encaminhar ao Conselho Supervisor do FUNREJUS o relatório de Receitas do Fundo, totalizando por ano a quantidade de guias utilizadas pelo Serviço, conforme modelo constante do Anexo C-03 do Código de Normas.

### ESTATÍSTICA

Constatada divergência entre o número de notas protocoladas com o número de notas registradas no Ofício Distribuidor.

ANO	Dados da Serventia	Distribuidor
2012	3551	3584
2013	4085	4229
2014	3865	3943
2015	4236	4300
2016	4134	982 (até 11/04)
<b>Total</b>	<b>19871</b>	<b>17038</b>

Orienta-se para que se adotem, juntamente com o Ofício Distribuidor, medidas de controle a fim de que as informações sejam as mais precisas possíveis.



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### PARTE GERAL

#### LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS (CN, art. 19 e 667, inciso I e Of. Circular nº 164/13)

1 Em uso o livro nº 33.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
1.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
1.2 Ao final de cada mês lança quadro resumo, indicando a receita (separadamente, nos casos de serviços cumulados) e a despesa total do período, com indicação expressa do saldo líquido alcançado, sem transportá-lo para o mês seguinte? (CN, art. 19, § 3º)			
1.3 Os livros apresentam escrituração diária e detalhada das receitas e das despesas da Serventia, sendo lançadas separadamente, devidamente identificadas pelo livro e folha em que o ato foi praticado, as receitas oriundas da prestação dos serviços. As demais receitas, tais como, reconhecimento de firma, autenticação, 2ª Via, certidões e traslados, serão discriminados pela quantidade desses atos, diariamente? (CNJ, Provimento 45/2015, art. 6º e CN, art. 19, § 4º)			
1.4 Os lançamentos compreendem apenas os emolumentos percebidos como receita do notário e registrador, ou recebidos pelo responsável por unidade vaga, pelos atos praticados de acordo com a lei e com a tabela de emolumentos? (CNJ, Provimento 45/2015)			
1.5 São lançadas somente as despesas diretamente relacionadas ao serviço, não cabendo, ao reverso, o registro de despesas de caráter pessoal, de doações, ou de outras que intrinsecamente não se refiram ao serviço ou ao seu funcionamento, ou de caráter facultativo (p. ex. contribuição em razão de associação voluntária do tabelião a entidade de classe, associação ou contratação de profissional para tratar de assunto particular			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

e CPC), sendo permitida a despesa efetuada com imposto sindical, de acordo com o Ofício Circular nº 59/2014? (CN, art. 19, § 2º) p. ex. ANOREG.			
1.6 Anualmente ao final de cada exercício é feito o balanço anual da unidade do serviço extrajudicial com indicação da receita, da despesa e do líquido mês a mês, e apuração do saldo positivo ou negativo do período, sendo encaminhado, até o 10 decimo dia útil do mês de fevereiro para visto da autoridade judiciaria competente, para glosas necessárias e eventual diligencias pertinentes? (CNJ, Provimento 45/2015, art. 10)			
1.7 Efetuou o recolhimento ao FUNSEG (Fundo Estadual de Segurança aos Magistrados - Lei Estadual nº 17.838/13 e Decreto Judiciário nº 205/2014) no percentual de 0,2% sobre o valor da arrecadação bruta do serviço delegado?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
1.5. a) As receitas devem conter as informações do ato (livro/folhas/protocolo); b) Número elevado de atos cancelados, gerando muitos lançamentos (créditos/débitos). Estudar alternativa para reduzir tais lançamentos, uma vez não trazem efeitos ao caixa, mas conduzem ao aumento fictício da receita do tabelionato de notas; c) Constam lançamentos de despesas não autorizadas, como de caráter pessoal (carnê leão), de associação facultativa (Anoreg), honorários de consultoria administrativa, honorários de consultoria comercial, plano participação lucros, doações/brindes/presentes; d) Não lançar receitas e despesas transitórias como FUNREJUS e FUNARPEN (Prov. 45/2015-CNJ); e) Quanto aos lançamentos de despesas com pessoal, é necessário discriminá-las de forma mais completa, individualizando-as por estagiário/funcionário contratado (bolsa auxílio, salário, IR na fonte, FGTS, vale refeição, vale mercado, vale transporte, plano de saúde coletivo, seguro de vida, convênio farmácia, etc.) - observar doravante; f) Apresentar à M.M. Juíza Corregedora do Foro Extrajudicial da Comarca toda documentação referente às despesas de locação de equipamentos de informática, motoboy, estacionamento e terceirização de serviços, haja vista os valores significativos, justificando sua pertinência ao serviço notarial; g) Melhorar o detalhamento das despesas como: viagens/estadias/transporte, material de expediente, despesas comerciais, outras despesas administrativas, bem como, pormenorizar os treinamentos indicando a matéria, o palestrante e os participantes - <b>Regularizar.</b>			
1.6 - <b>Regularizar.</b>			
1.7. O Tabelião informa que ajuizou ação judicial (autos nº 0000350-96.2016.8.16.0004) que tramita junto ao 15º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba, na qual foi concedida liminar suspendendo os recolhimentos. O Juiz singular suspendeu o trâmite até o julgamento			





# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

da ADIn nº 5.133/STF - ANOREG/BR, e também do MS Coletivo nº 1.204.191-7/TJPR - ANOREG/PR.

### O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O

O Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) fixou critérios objetivos na avaliação das despesas passíveis de dedução, os quais deverão nortear o preenchimento do livro de receitas e despesas.

#### I. Despesas dedutíveis:

a. locação de bens móveis e imóveis utilizados para a prestação do serviço, incluídos os destinados à guarda de livros, equipamentos e restante do acervo da serventia;

b. contratação de obras e serviços para a conservação, ampliação ou melhoria dos prédios utilizados para a prestação do serviço público;

c. contratação de serviços, os terceirizados inclusive, de limpeza e de segurança;

d. aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório;

e. aquisição ou locação de equipamentos (hardware), de programas (software) e de serviços de informática, incluídos os de manutenção prestados de forma terceirizada;

f. formação e manutenção de arquivo de segurança;

g. aquisição de materiais utilizados na prestação do serviço, incluídos os utilizados para a manutenção das instalações da serventia;

h. plano individual ou coletivo de assistência médica e odontológica contratado com entidade privada de saúde em favor dos prepostos e seus dependentes legais, assim como do titular da delegação e seus dependentes legais, caso se trate de plano coletivo em que também incluídos os prepostos do delegatário;

i. despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual;

j. custeio de cursos de aperfeiçoamento técnico ou formação jurídica fornecidos aos prepostos ou em que regularmente inscrito o titular da delegação, desde que voltados exclusivamente ao aprimoramento dos conhecimentos jurídicos, ou, em relação aos



## Corregedoria-Geral da Justiça

### Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

prepostos, à melhoria dos conhecimentos em sua área de atuação;

k. o valor que for recolhido a título de Imposto Sobre Serviço - ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial, quando incidente sobre os emolumentos percebidos pelo delegatário;

l. o valor de despesas com assessoria jurídica para a prestação do serviço extrajudicial;

m. o valor de despesas com assessoria de engenharia para a regularização fundiária e a retificação de registro.

Ao **responsável interinamente por delegação vaga** é defeso contratar novos prepostos, aumentar salários dos prepostos já existentes na unidade, ou contratar novas locações de bens móveis ou imóveis, de equipamentos ou de serviços, que possam onerar a renda da unidade vaga de modo continuado, sem a prévia autorização do Tribunal a que estiver afeta a unidade do serviço.

**II.** considera-se como dia da prática do ato o da lavratura e encerramento do ato notarial, para o serviço de notas; o do registro, para os serviços de registros de imóveis, títulos e documentos e civil de pessoa jurídica; o do registro, para os atos não compensáveis do Registro Civil das Pessoas Naturais, e para seus atos gratuitos, o do momento do recebimento do pagamento efetuado por fundo de reembolso de atos gratuitos e fundo de renda mínima. (**Prov. 45 CNJ, art. 6º, § 1º**)

**III.** Os documentos referentes à regularidade das contribuições fiscais e previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos, os contratos de trabalho e quaisquer outros pertinentes ao serviço, devem ser **mantidos em pasta própria** à disposição permanente do Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, a ele apresentado extrato circunstanciado do movimento da serventia, com a indicação da receita bruta proveniente, das despesas e da receita líquida, sempre que solicitado (**Prov. 45 CNJ, art. 8, Parágrafo Único e CN, art. 21**).

**IV.** É vedada a prática de cobrança parcial (desconto) ou de não cobrança de emolumentos, e ainda, ressalvadas as hipóteses de isenção, não incidência ou diferimento previstas na legislação específica (**Prov. 45 CNJ, art. 7º**).

**V.** É vedada aos agentes delegados a realização de qualquer trabalho que não seja peculiar às suas atribuições e ao ato que estiverem praticando, ficando terminantemente proibida a confecção de instrumentos particulares. (**CN, art. 7º**).

**VI.** Ao final de cada exercício, deverá ser feito o balanço anual da unidade de serviço extrajudicial, com a indicação da receita, da despesa e do líquido mês a mês, e apuração do saldo positivo ou negativo do período. Até o décimo dia útil do mês de fevereiro, o Livro Diário Auxiliar será visado pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

entender conveniente (Prov. 45 CNJ, arts. 10 e 11).

### ARQUIVO DE COMUNICAÇÃO DE SELOS

2 Em uso o arquivo nº 2017.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
2.1 Encaminha, através do sistema <i>mensageiro</i> , os arquivos de comunicação para registro na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
Recomendou-se o encaminhamento do conteúdo do ofício como texto no sistema <i>mensageiro</i> , dispensando-se anexar arquivos.			

2.2 Último comunicado enviado ao Juiz referente ao mês de março de 2017.

2.3 Quantidade de selos utilizados no último mês: 16.200.

### DADOS FORNECIDOS PELO FUNARPEN

Ano: 2014		Ano: 2015	
Tipo de Selo	Quantidade	Tipo de Selo	Quantidade
Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	0	Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	0
Notarial Verde Único	275040	Notarial Verde Único	235200
Selo Digital do Tabelionato de Notas	25500	Selo Digital do Tabelionato de Notas	32000
Selo Digital do Tabelionato de Notas - EXCLUSIVO PARA AUTENTICAÇÕES	0	Selo Digital do Tabelionato de Notas - EXCLUSIVO PARA AUTENTICAÇÕES	0
Ano: 2016		Ano: 2017	
Tipo de Selo	Quantidade	Tipo de Selo	Quantidade
Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	21600	Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	24000
Notarial Verde Único	98400	Notarial Verde Único	0
Selo Digital do Tabelionato de Notas	100000	Selo Digital do Tabelionato de Notas	24000
Selo Digital do Tabelionato de Notas - EXCLUSIVO PARA AUTENTICAÇÕES	0	Selo Digital do Tabelionato de Notas - EXCLUSIVO PARA AUTENTICAÇÕES	0

### PROTOCOLO GERAL (CN, art. 667, inciso II e Adendo 1-E)

3 Em uso o livro nº 11, aberto em 08/12/2016.

3.1 Último ato protocolado nº 1409/2017 lavrado em 24/03/2017 e distribuído em 28/03/2017.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
3.2 Os livros estão registrados na			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
<b>3.3</b> O livro é informatizado?			
<b>3.4</b> A escrituração é diária obedecendo à ordem cronológica de lançamentos dos atos registraes lavrados pela serventia?			
<b>3.5</b> Constam os nomes de todas as partes integrantes do ato?			
<b>3.6</b> A impressão definitiva do livro é realizada no prazo de quinze (15) dias?			
<b>3.7</b> O número de ordem está sendo renovado anualmente (CN, art. 667, § 1º)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
3.6. Atos lavrados a partir de 27/03/2017 foram encaminhados ao Distribuidor por mensageiro em 03/04/2017 e ainda não retornaram distribuídos. Justificar e regularizar pela Serventia e, se for o caso, pelo Distribuidor.			

### LIVRO DE VISITAS E CORREIÇÕES

#### Provimento nº 45/2015 - CNJ

4      Em uso o livro nº 01.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
<b>4.1</b> O livro está registrado na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

### O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O

#### Modelo

Data	Natureza da Visita	Autoridade Judiciária	Assinatura da Autoridade Judiciária	Ciente do Agente Delegado

**Finalidade:** Este livro é destinado ao registro das visitas e correições e será escriturado pelas autoridades judiciárias fiscalizadoras.



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

**Natureza da Visita:** deverá ser registrada a natureza do ato de fiscalização: inspeção, correição ordinária ou extraordinária.  
**Assinatura da Autoridade:** o Corregedor da Justiça, Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ou Assessor Correicional é que poderão escriturar o livro.  
**Ciente do Agente Delegado:** o Agente Delegado titular ou designado para responder interinamente à serventia deverão dar seu ciente.

### O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O

Deverão ser mantidas em arquivo próprio os relatórios e atas das correições e inspeções, certidões de regularidade emitidas pelo Agente Delegado e relatórios circunstanciados emitido pelo Juiz Corregedor do Foro extrajudicial da Comarca, para fins correicionais.

### CENSEC

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
Nos termos do Provimento nº 236-CGJ, de 23.01.2013, que regulamentou no âmbito dos Tabelionatos de Notas do Estado do Paraná o Provimento nº 18, de 28 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC. <u>Cumpr</u> e com a determinação contida no <u>CN, art. 658, inciso XX</u> , que constitui <u>dever</u> do Tabelião encaminhar à CENSEC as informações a respeito da lavratura dos atos notariais para os módulos operacionais de Registro Central de Testamentos On-line - RCTO, Central de Escrituras de Separações, Divórcio e Inventários - CESDI, Central de Escrituras e Procurações - CEP, Central Nacional de Sinal Público - CNSIP, observando também o cronograma de envio dos atos anteriormente lavrados, fixado no artigo 16 do Provimento nº 18 do CNJ?			
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

Conforme relatório emitido pelo Colégio Notarial do Brasil, em virtude de levantamento efetuado até 20/02/2017, esta Serventia se encontra atrasada no envio das informações referente aos períodos abaixo. Ressalte-se que a informação deve ser enviada, ainda que negativa - Regularizar.

### 1º Tabelionato de Notas

CEP	
Ano	Quinzena
2006	24
2007	24
2008	23
2009	24
2010	24
2011	24
2012	16

CESDI	
Ano	Quinzena
2007	13

## L I V R O S   E   A R Q U I V O S

### LIVRO DE NOTAS (CN, art. 667, inciso III)

1 Encerrados os livros nº. Em uso o livro nº 2038 (Inventários, Divórcios e Partilhas), 2035, 2036 e 2037 (Escrituras Públicas Diversas, 2032 (Testamento) e 2034 (Atas notariais).

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
1.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
1.2 O livro em uso possui escrituração informatizada?			
1.3 Os livros encerrados estão encadernados editorialmente?			
1.4 Na escrituração dos livros os caracteres obedecem a dimensão mínima, equivalente à das fontes Times New Roman 13 ou Arial 12 (CN, art. 41, V)?			
1.5 Os atos dos notários obedecem rigorosamente à ordem cronológica de			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

<p>escrituração (data - livro - folha) e são efetuados em livro formado por folhas soltas, contendo obrigatoriamente, a identificação da Serventia, endereço, nome do titular, numeração de série do livro e das folhas e a rubrica do serventuário, sendo iniciados em folha nova, <b>não</b> sendo utilizado o verso para a lavratura de atos distinto, total ou parcial e encerrados com a assinatura do tabelião ou escrevente substituto, após as assinaturas das partes (<b>CN, art. 17, art. 41, VII e XI e art. 679, XV</b>)?</p>			
<p><b>1.6</b> Quando houver indicativo de não ser possível iniciar e concluir um ato nas últimas folhas do livro em uso, o notário deixa de utilizá-las, inutilizando as demais folhas em branco e lavrando o ato novo em um novo livro (<b>CN, art. 676</b>)?</p>			
<p><b>1.7</b> Transcorrido o prazo de trinta (30) dias, sem oposição de todas as assinaturas, as escrituras são declaradas incompletas e canceladas, anotando-se no termo de encerramento tal ocorrência (<b>CN, art. 675</b>)?</p>			
<p><b>1.8</b> A qualificação das partes está sendo realizada de maneira completa, respeitando a vedação da utilização de expressões, tais como, "residentes nesta cidade" ou "residentes no distrito" (<b>CN, art. 48 e 679, V</b>)?</p>			
<p><b>1.9</b> Nos atos lavrados pela Serventia estão sendo consignados a data e o número do registro no livro Protocolo Geral (<b>CN, art. 679, XVI</b>)?</p>			
<p><b>1.10</b> Consigna nos atos lavrados os emolumentos previstos pelo Regimento de Custas (Tabela XI - Tabelionato de Notas - Lei nº 18.927/2016, anexo II) - (<b>CN, art. 10, XI e 36</b>)?</p>		<b>Vide amost ragem</b>	
<p><b>1.11</b> Consigna nos atos lavrados o valor que foi recolhido ao FUNREJUS, a data do recolhimento e o número da respectiva guia, conforme a Instrução Normativa n. 03/2006 (<b>CN, art. 679, XII</b>)?</p>			
<p><b>1.12</b> Consigna nos atos lavrados que envolvam transmissões imobiliárias menção à emissão da DOI?</p>			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<b>1.10 - Regularizar.</b>			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### ATOS VERIFICADOS POR AMOSTRAGEM

DOAÇÃO	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Escritura Pública de Doação	10/03/16	1972-N	111/113
Escritura Pública de Doação	09/09/16	2004-N	21/24
Escritura Pública de Doação	09/11/16	2013-N	50/52
1.13 Nas escrituras de doação e partilha amigável (gratuita) de bens consigna no texto a transcrição resumida da guia de recolhimento do imposto - ITCMD (CN, art. 681, § 2º)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
L. 1972-N, fls. 111/113 - No campo das assinaturas deve constar o nome da menor e do respectivo responsável legal. Não foi localizada a certidão positiva estadual da donatária, embora tenha constado expressamente na escritura - Regularizar.			

COMPRA E VENDA	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Escritura Pública de Compra e Venda	24/06/16	1986-N	294/296
Escritura Pública de Compra e Venda	18/10/16	2009-N	51/52
Escritura Pública de Compra e Venda	25/11/16	2012-N	267/269
1.14 Nas escrituras referentes a imóveis e a direitos a ele relativos, são exigidas certidões de ações reais, pessoais e reipersecutórias relativas ao imóvel e de ônus reais, expedidas pelo Serviço de Registro de Imóveis competente, bem como, declaração do outorgante, da existência de outras ações reais, pessoais e reipersecutórias e de outros ônus reais incidentes sobre o mesmo imóvel (CN, art. 681, IV e V)?			
1.15 Consta na escritura a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A da CLT, com redação dada pela Lei n. 12.440/2011, expedida gratuitamente e eletronicamente, no sítio do Tribunal Superior do Trabalho ( <a href="http://www.tst.jus.br">www.tst.jus.br</a> ) ou consigna no ato que, cientificou as partes envolvidas, a possibilidade de obtenção prévia da referida Certidão (Recomendação nº. 03 - CNJ)?			





# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES
<p>L. 2013-N, fls. 89/91 - A cobrança cumulada de emolumentos, em razão do número de bens ou do número de negócios constante no ato notarial, restringe-se aos casos previstos na tabela de custas (itens VI e X), remanescendo aos demais, como regra, a norma geral do item IV. (Ver Of. Circular nº 35/2008) - Regularizar, promovendo a repetição dos valores indevidamente cobrados das partes interessadas a título de emolumentos.</p> <p>Deverá efetuar levantamento dos atos semelhantes de todo o período correccionado e promover a repetição do montante indevidamente exigido a maior das partes interessadas - Regularizar.</p>

COMPRA E VENDA ENVOLVENDO PESSOAS JURÍDICAS	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Escritura Pública de Compra e Venda	27/04/16	1979-N	128/129
Escritura Pública de Compra e Venda	10/05/16	1983-N	17/19
Escritura Pública de Compra e Venda	02/06/16	1986-N	51/53
<p><b>1.16</b> Nos atos notariais em que figurarem como partes pessoas jurídicas, exige a apresentação de ato constitutivo ou contrato social, atualizados, além de certidão simplificada e atualizada da Junta Comercial/Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e efetua as confrontações necessárias dos documentos apresentados conferindo a legitimidade de quem se apresenta como sócio com poderes de agir em nome da sociedade (CN, art. 667, § 2º e 679, VI)?</p>			
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
<p>L. 1986-N, fls. 51/53 - Empresa vendedora com 2 sócios e apenas um firmou a escritura. Atos constitutivos permitem assinatura isolada para atos de administração sem permissão para venda de bens imóveis - Regularizar.</p>			

COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RURAL	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Escritura Pública de Compra e Venda	16/03/15	1915-N	190/193
Escritura Pública de Compra e Venda	28/04/16	1976-N	292/294
Escritura Pública de Compra e Venda	03/06/16	1987-N	28/31
<p><b>1.17</b> Na lavratura de escrituras envolvendo imóvel rural consigna o número da indicação cadastral no INCRA (CCIR) e na Receita Federal para fins de ITR (CN, art. 681, II)?</p>			
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
<p>L. 1915-N, fls. 190/193 - Quanto ao imóvel rural envolvido na permuta,</p>			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

faltou indicar na escritura o número de identificação do ITR/RFB - Regularizar.

### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Considerando a revogação da Lei nº 4.771/65, não há necessidade de apresentação da certidão negativa de débitos ambientais para lavratura de escrituras de compra e venda ou de quaisquer outros direitos reais envolvendo imóveis rurais, entretanto, por prudência, deverá o agente delegado consignar no ato que cientificou as partes envolvidas, da possibilidade de obtenção prévia da referida certidão, bem como, que o adquirente responderá pelo pagamento de eventuais débitos, cuja quitação deverá ser provada por ocasião do registro imobiliário.

DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Escritura Pública de Divórcio extrajudicial	16/08/16	1999-N	13/17
Escritura Pública de Divórcio extrajudicial	14/10/16	2007-N	36/45
Escritura Pública de Divórcio extrajudicial	06/12/16	2017-N	05/07
1.18 Nas escrituras de divórcio faz referência à assistência de advogado habilitado?			
1.19 Nas escrituras de divórcio consta declaração das partes que não têm filhos comuns ou, havendo, que são absolutamente capazes, indicando seus nomes e as datas de nascimento, bem como, que o cônjuge virago não se encontra em estado gravídico, ou ao menos, que não tenha conhecimento sobre esta condição?			
1.20 Nas escrituras de divórcio faz referência quanto à destinação dos bens?			
1.21 Consigna no texto a orientação de que o ato só produzirá efeitos quando da averbação no Registro Civil (CN, art. 739, § 4º)?			
1.22 Consta na escritura a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A da CLT, com redação dada pela Lei n. 12.440/2011, expedida gratuitamente e eletronicamente, no sítio do Tribunal Superior do Trabalho ( <a href="http://www.tst.jus.br">www.tst.jus.br</a> ) ou consigna no ato que, <u>cientificou</u> as partes envolvidas, a possibilidade de obtenção prévia da			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

referida Certidão (Recomendação nº. 03 - CNJ)?		
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>		
1.19 - L. 1999-N, fls. 13/17 - Não consta informações sobre o estado gravídico - Regularizar.		
1.21 - Regularizar.		

<b>INVENTÁRIO E PARTILHA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>CORREÇÃO ANTERIOR</b>
	<b>DATA</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FLS.</b>
Escritura Pública de Inventário e Partilha	25/08/16	1999-N	75/79
Escritura Pública de Inventário e Partilha	26/10/16	2007-N	90/93
Escritura Pública de Inventário e Partilha	05/12/16	2017-N	01/04
1.23 Nas escrituras de inventário e partilha está sendo exigida a apresentação de certidões de débito do falecido, emitida pelas Fazendas Municipal, Estadual e da União, observado o local onde residia o falecido e onde se localizam os bens inventariados?			
1.24 O agente delegado certifica no ato, por declaração das partes ou certidão, a inexistência de testamento (CN, art. 738, § 7º), bem como, está sendo exigida a certidão expedida pela CENSEC (CNJ, Provimento nº 56)?			
1.25 Na lavratura de escritura de inventário e partilha o notário arquiva cópia da guia do ITCMD quitado em pasta própria, com expressa indicação na escritura pública, tanto da quitação quanto do arquivamento (CN, art. 739, § 3º, "b")?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

### O R I E N T A Ç ã O D E S E R V I Ç O

Não há necessidade de apresentação de certidões de feitos ajuizados para lavratura de escrituras de inventário e partilha (excluídas aquelas que tratem da cessão de direitos hereditários), nem, por consequência, para seu registro no fôlio real (decisão proferida no protocolizado n. 2008.321319-0/CGJ - disponível em <http://portal.tjpr.jus.br/web/cgj/75>).

INSTRUÇÃO Nº. 01/2007



## Corregedoria-Geral da Justiça

### Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

I) os emolumentos decorrentes da lavratura de escritura pública de separação consensual e divórcio consensual por via administrativa, instituídos pela Lei nº 11.441, de 04.01.2007, sem bens a partilhar, corresponderão a 50% do valor previsto na primeira faixa de valores do quadro do item IV da Tabela XI.

II) os emolumentos decorrentes da lavratura de escritura pública de inventário, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa, instituídos pela Lei nº 11.441, de 04.01.2007, com partilha de bens, corresponderão ao previsto nas faixas de valores do quadro do item IV da Tabela XI, o que deverá ser aferido com base no valor da totalidade dos bens objeto da partilha.

III) É gratuita a escritura e demais atos notariais àqueles que se declararem pobres nos termos da Lei.

REVOGAÇÃO DE MANDATO	SIM	NÃO	CORREÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Escritura Pública de Revogação de Mandato	16/06/16	1986-N	191
Escritura Pública de Revogação de Mandato	05/09/16	2003-N	12
Escritura Pública de Revogação de Mandato	29/11/16	2013-N	226
1.26 Nas escrituras de revogação de mandato estão sendo feitas as anotações e/ou comunicações necessários no instrumento revogado (CN, art. 685)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

#### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

O Tabelião deverá atentar para as comunicações referentes as escrituras públicas de revogação de mandato e revogação de escritura pública de compra e venda.

ATA NOTARIAL	SIM	NÃO	CORREÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Ata Notarial	21/08/14	1878-N	169/170
Ata Notarial	28/05/15	1923-N	281/299
Ata Notarial	22/08/16	1998-N	294/299
1.27 As atas notariais relativas ao conteúdo de sites da internet estão arquivadas eletronicamente na serventia (CN, art. 731)?			
1.28 Consigna nas atas notariais os emolumentos previstos na instrução nº			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

10/2004 e Ofício Circular nº 143/2015 da CGJ (CN, art. 10, XI e 36)? - primeira folha - (46,00 VRC) - R\$ 16,74 - por página que crescer - (30,00 VRC)- R\$ 10,92			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<p>1.28 - Algumas atas notariais referentes a conteúdo de sites de internet e de telefones celulares dos livros nº 1878-N, 1923-N e 1998-N, foram cobradas de forma equivocada, entretanto, o valor do Funrejus está correto - Regularizar.</p> <p>L. 294/299 - Cobrança em desacordo com a Instrução Normativa nº 10/2004 - Regularizar, promovendo a repetição dos valores indevidamente cobrados das partes interessadas a título de emolumentos.</p> <p>Deverá efetuar levantamento dos atos semelhantes de todo o período correccionado e promover a repetição do montante indevidamente exigido a maior das partes interessadas - Regularizar.</p>			

<p><b>O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O</b></p> <p><b>INSTRUÇÃO Nº. 10/2004</b></p> <p>I) os emolumentos decorrentes da lavratura de atas notariais destinadas à certificação do conteúdo de sites de internet corresponderão ao dobro dos valores previstos no item VIII e alíneas da Tabela XI;</p> <p>II) os emolumentos decorrentes da lavratura de atas notariais que exijam a realização de diligências externas pelo tabelião ou por seu substituto obedecerão ao critério e valor estabelecidos no item IV da Tabela XI;</p> <p>III) os emolumentos pertinentes ao registro ou distribuição das atas notariais junto ao ofício do distribuidor corresponderão à metade do valor da tabela relativa ao registro ou distribuição dos atos dos tabelionatos de notas.</p> <p><b>OFÍCIO CIRCULAR Nº. 143/2015</b></p> <p>Comunico-lhes, que, para a cobrança de lavratura das atas notariais destinadas à certificação de conteúdo virtual de aparelhos eletrônicos móveis (tais como celular, tablet, notebook, etc.), incidirá por analogia o item "I" da Instrução Normativa n.º 10/2004, nos termos do despacho em anexo.</p>
---

PERMUTA	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Escritura Pública de Permuta	30/03/16	1976-N	24/26
Escritura Pública de Permuta	05/07/16	1992-N	55/57
Escritura Pública de Permuta	25/11/16	2015-N	119/122
1.29 Consigna nos atos lavrados os			



## Corregedoria-Geral da Justiça

### Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

emolumentos previstos pelo Regimento de Custas (Tabela XI - Tabelionato de Notas - Lei nº 18.927/2016, anexo II)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<p>Adotando-se a teoria eclética, em que se conjugam elementos anímicos e materiais, realizada permuta de bens de valores desiguais, deve o contrato ser tido mesmo como uma permuta, salvo se o valor do saldo exceder tão flagrantemente o valor da coisa, que a prestação pecuniária seja mais importante para as partes (CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, <i>Instituições de Direito Civil</i>, vol. III, 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 202/203). Nessa linha, PONTES DE MIRANDA consigna que a troca não deixa de ser troca se a contraprestação, em vez de ser só a outra coisa, consiste na outra coisa mais importância pecuniária, que serve à correspondência dos valores. O que é preciso é que o bem não pecuniário seja objeto do contrato, em primeira plana. Se A quer adquirir a propriedade da casa de B e lhe presta mais da metade do valor em dinheiro, há compra-e-venda, e não troca. (<i>Tratado de Direito Privado</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 460/461). Promovida análise por amostragem<sup>1</sup>, constatou-se a lavratura de escrituras de permuta em que a torna, ou seja, a contraprestação pecuniária devida por um dos permutantes, superava expressivamente o valor do bem oferecido em troca, desnaturando, dessa forma o contrato, que detém, em verdade, natureza jurídica de compra e venda.</p>			

DIVISÃO AMIGÁVEL	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
	DATA	LIVRO	FLS.
Escritura Pública de Divisão Amigável	12/04/16	1976-N	156/158
Escritura Pública de Divisão Amigável	13/07/16	1990-N	213/217
Escritura Pública de Divisão Amigável	02/08/16	1994-N	148/160
<b>1.30</b> Consigna nos atos lavrados os emolumentos previstos pelo Regimento de Custas (Item VI da Tabela XI - Tabelionato de Notas - Lei nº 18.927/2016, anexo II)? - 1.000,00 VRC - R\$ <b>182,00</b> - por unidade, mais 40,00 VRC - R\$ <b>7,28</b>			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
1.30 - L. 1990-N, fls. 213/217 e L. 1994-N, fls. 148/160 - Cobrança de			

<sup>1</sup> L. 1992-N, fls. 55/57 - Valor 1º imóvel - R\$ 750.000,00 - Valor do 2º imóvel R\$ 100.000,00 (Torna R\$ 650.000,00 - Funrejus - R\$ 1.500,00 + R\$ 200,00)

L. 1992-N, fls. 55/57 - Valor 1º imóvel - R\$ 303.000,00 - Valor do 2º imóvel R\$ 88.000,00 (Torna R\$ 215.000,00 - Funrejus - R\$ 606,00 + R\$ 176,00)



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

emolumentos em desacordo com o item VI da Tabela XI - Regularizar, promovendo a repetição dos valores indevidamente cobrados das partes interessadas a título de emolumentos.  
Deverá efetuar levantamento dos atos semelhantes de todo o período correccionado e promover a repetição do montante indevidamente exigido a maior das partes interessadas - Regularizar.

### LIVRO DE PROCURAÇÕES (CN, art. 667, inciso IV)

2 Encerrados os livros nº 812 a 881. Em uso o livro nº 882.

#### AMOSTRAGEM:

- Livro nº 877-P, fls. 162.
- Livro nº 877-P, fls. 141.
- Livro nº 878-P, fls. 171.
- Livro nº 879-P, fls. 94.
- Livro nº 880-P, fls. 233/234.
- Livro nº 882-P, fls. 298.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
2.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
2.2 O livro em uso possui escrituração informatizada?			
2.3 Os livros encerrados estão encadernados editorialmente?			
2.4 Na escrituração dos livros os caracteres obedecem a dimensão mínima, equivalente à das fontes Times New Roman 13 ou Arial 12 (CN, art. 41, V)?			
2.5 Os atos dos notários obedecem rigorosamente à ordem cronológica de escrituração (data - livro - folha) e são efetuados em livro formado por folhas soltas, contendo obrigatoriamente, a identificação da Serventia, endereço, nome do titular, numeração de série do livro e das folhas e a rubrica do serventuário, sendo iniciados em folha nova, <b>não</b> sendo utilizado o verso para a lavratura de atos distinto, total ou parcial e encerrados com a assinatura do tabelião ou escrevente substituto, após as		Em termos	



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

assinaturas das partes (CN, art. 17, art. 41, VII e XI e art. 679, XV)?			
2.6 A qualificação das partes está sendo realizada de maneira completa, respeitando a vedação da utilização de expressões, tais como, "residentes nesta cidade" ou "residentes no distrito" (CN, art. 48 e 679, V)?			
2.7 Nos atos lavrados pela Serventia estão sendo consignados a data e o número do registro no livro Protocolo Geral (CN, art. 679, XVI)?		Em termos	
2.8 Consigna nos atos lavrados os emolumentos previstos pelo Regimento de Custas (Tabela XI - Tabelionato de Notas - Lei nº 18.927/2016, anexo II) - (CN, art. 10, XI e 36)?			
2.9 Nos atos notariais em que figurarem como partes pessoas jurídicas, exige a apresentação de ato constitutivo ou contrato social, atualizados, além de certidão simplificada e atualizada da Junta Comercial/Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, efetuando as confrontações necessárias dos documentos apresentados conferindo a legitimidade de quem se apresenta como sócio com poderes de agir em nome da sociedade (CN, art. 667, § 2º e 679, VI)?			
2.10 As cópias dos instrumentos de procurações em que haja outorga de poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresário individual, sociedade empresária ou cooperativa, estão sendo encaminhadas à respectiva Junta Comercial, para averbação junto aos atos constitutivos da empresa, no prazo máximo de três dias (CNJ, Provimento nº 42/2014)?		Em termos	
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
2.3 Deverá encadernar o livro nº 881-P. Regularizar. 2.5 Não há respeito à ordem cronológica dos protocolos, consoante se depreende das fotos anexas. Há, todavia, sequência cronológica observada pelo indicativo "número de ordem". Justificar. Verificou-se, também, que o tabelião ou escrevente substituto assinam/rubricam ao final do ato, sem, todavia, apresentar identificação de quem o faz. Regularizar. 2.7 Deverá incluir também a data do protocolo. 2.10 O prazo de 3 dias não é respeitado. Justificar e observar doravante.			





# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Lembrar que a certidão simplificada se presta a indicar quem exerce a administração da empresa no momento da prática do ato, bem como o último ato arquivado no Órgão de Registro do Comércio/Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ao passo que o contrato social/estatuto e suas alterações demonstram a extensão dos poderes e os limites de atuação do gerente/administrador.

### LIVRO DE SUBSTABELECIMENTOS DE PROCURAÇÕES (CN, art. 667, inciso V)

3 Em uso o livro nº 77.

#### AMOSTRAGEM:

Livro nº 76-S, fls. 37 (Livro nº 854-P, fls. 203).

Livro nº 76-S, fls. 179 (Livro nº 813-P, fls. 66).

Livro nº 76-S, fls. 189 (Livro nº 76-S, fls. 182).

Livro nº 76-S, fls. 193 (Serviço Distrital do Cajuru - Curitiba).

Livro nº 76-S, fls. 200 (Registro Civil e Notas da Comarca de Paraopeba - MG).

Livro nº 76-S, fls. 225 (Serviço Distrital das Mercês - Curitiba).

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
3.1 Nos casos em que os substabelecimentos recaiam sobre procurações lavradas pela própria serventia, é feita a averbação no ato primitivo concomitantemente ao ato praticado (CN, art. 685)?			
3.2 Nas lavraturas de substabelecimentos de mandatos sem reserva de poderes, versados sobre atos lavrados em outra serventia, é comunicado ao notário que lavrou o instrumento revogado ou do mandato substabelecido sem reserva de poderes (CN, art. 685, § 1º)?			
3.3 Consigna na lavratura dos substabelecimentos "com reserva de poderes" ou "sem reserva de poderes"?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Em se tratando de substabelecimento de poderes, já substabelecidos, com o fito de preservar a segurança e a eficácia dos registros públicos, deve ser comunicado, também, à Serventia que lavrou o instrumento originário do mandato.

### ARQUIVO DE COMUNICAÇÕES DE SUBSTABELECIMENTOS

4 Em uso o arquivo nº 2017 (pastas anuais).

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
4.1 Os comunicados estão sendo feitos através do "sistema mensageiro" (CN, art. 13)?			
4.2 Para os comunicados às serventias de outras unidades da Federação, anexa o comprovante postal?			
4.3 Verificou-se dos comunicados provenientes de outras serventias, em confronto com os atos lavrados no período correccionado, a realização das necessárias anotações?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
4.1 Deverá retificar o comunicado referente ao substabelecimento de fl. 225, enviado ao Serviço Distrital do Boqueirão (fl. 13), quando, de acordo com o ato lavrado, deveria ter sido encaminhado ao Serviço Distrital das Mercês. Regularizar.			

### LIVRO DE TESTAMENTO (CN, art. 667, inciso VI)

5 Em uso o livro nº 1926.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
5.1 O livro em uso possui escrituração informatizada?			
5.2 As testemunhas instrumentárias estão devidamente identificadas no ato?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

5.2 Verificou-se que nos atos de fls. 227/228, 239, 240/241, 242/243, 248, 249, 252 e 293 a qualificação das testemunhas instrumentárias se revelou incompleta. Observar.

### AMOSTRAGEM

Por amostragem foi examinado o ato lavrado no dia 17/11/2016.

### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

a) Em relação ao fornecimento de certidões, atentar para o que dispõem o artigo 722 ("O fornecimento de informações ou certidões de testamentos somente se dará com a comprovação do óbito do testador") do Código de Normas.

b) Lembrar que nos comunicados ao Distribuidor **não** haverá menção aos beneficiários/legatários, identificando apenas o testador.

### ARQUIVO DE COMUNICADOS DE TESTAMENTO

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
6 Observa o envio à CENSEC?			
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			

### LIVRO DE CONTROLE DE RECONHECIMENTO DE FIRMA AUTÊNTICA OU VERDADEIRA (CN, art. 667, inciso VI, 668, § 2º e Adendo 2-E)

7 Em uso o livro nº 20 e 21.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
7.1 O livro é adaptado ao modelo instituído no Adendo 2-E do Código de Normas, incluindo o campo "CÓDIGO DO CARTÃO DE ASSINATURA"?			
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
7. Deverá apresentar autorização expressa do juiz corregedor do foro extrajudicial da comarca para utilização concomitante dos dois livros em uso, nos termos do parágrafo segundo do art. 668 do Código de Normas - Regularizar.			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Observar que é obrigatório o reconhecimento autêntico da firma (CPC, art. 369) em todos os documentos de transferência de veículos (CN, 710, § 2º).

#### 7.2 Cartões de assinatura:

##### Amostragem:

162.	Assinaturas lançadas na Procuração - Livro nº 877-P, fls.
141.	Assinaturas lançadas na Procuração - Livro nº 877-P, fls.
171.	Assinaturas lançadas na Procuração - Livro nº 878-P, fls.
94.	Assinaturas lançadas na Procuração - Livro nº 878-P, fls.
233/234.	Assinaturas lançadas na Procuração - Livro nº 878-P, fls.
298.	Assinaturas lançadas na Procuração - Livro nº 878-P, fls.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
7.3 Na confecção dos cartões de assinaturas observa os requisitos do artigo 709 do Código de Normas?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

a) Em se tratando de assinaturas colhidas há muito tempo, recomenda-se a colheita de novas e atualizadas firmas, com a renovação do cartão e o arquivamento de cópias dos documentos pessoais da parte (CPF/RG), na forma dos artigos 711 e 713 do Código de Normas.

b) Nos casos em que o padrão da assinatura difere da lançada no cartão, adotar cautelas para confirmação da legitimidade da parte.

**LIVRO ÍNDICE**  
(CN, art. 667, inciso VIII e 668, § 1º)



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
8 O livro índice é informatizado?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

### ARQUIVO DE PROCURAÇÕES DE OUTRAS SERVENTIAS (CN, art. 667, inciso IX)

9 Em uso o arquivo nº 67.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
9.1 Os arquivos são formados com os originais dos instrumentos utilizados?			
9.2 Anota o número do livro e da folha em que o instrumento foi utilizado (CN, art. 672)?			
9.3 Certifica a confirmação da procuração (CN, art. 672, §§ 3º e 4º)?			
9.4 Comunica o uso da procuração à Serventia em que esta foi lavrada?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Recomenda-se, entretanto, que a validação deve ser a mais completa possível, via mensageiro nas unidades do Estado (em havendo urgência o primeiro contato pode ser via telefone), com anotação de sua confirmação mediante carimbo, consignando o nome completo do informante, qualificação (cargo/função que exerce), data, entre outros elementos. Não se olvidando que os dados para a comunicação, em especial, o telefone deve ser buscado no sítio do TJ ou do CNJ.

### ARQUIVO DE CONTRATOS SOCIAIS (CN, art. 667, inciso XI)

10 Sem arquivo em uso. Os contratos sociais são digitalizados e indexados ao protocolo e ato lavrado.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
10.1 Mantém arquivo organizado por ordem	<b>Prejudicado</b>		



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

cronológica?		
10.2 Consigna referências ao livro e folhas em que os documentos foram utilizados, em conformidade com o artigo 667, § 2º do Código de Normas?	Prejudicado	
10.3 Arquia as certidões atualizadas emitidas pela Junta Comercial?	Prejudicado	
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>		

### ARQUIVO DE DOCUMENTOS (CN, art. 667, inciso XII)

11 Sem arquivo em uso. Os documentos utilizados são digitalizados e indexados ao protocolo e ato lavrado.

### ARQUIVO DE ALVARÁS E MANDADOS JUDICIAIS (CN, art. 667, inciso XIII)

12 Em uso o arquivo nº Sem arquivo em uso. Os alvarás ou mandados são arquivados com a documentação que instrui o ato lavrado e posteriormente digitalizados e indexados ao protocolo.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
12.1 Os mandados ou alvarás judiciais são apresentados em seu original?			
12.2 Certifica o livro e folhas em que o ato foi praticado?	Prejudicado		
12.3 Comunica ao Juízo o cumprimento do alvará ou mandado?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
12.3 Deverá comunicar ao juízo o ato lavrado sob Protocolo nº 1019950. Regularizar e observar doravante.			

### ARQUIVO DE CND (CN, art. 667, inciso XV)

13 Sem arquivo em uso. Os documentos utilizados são digitalizados e indexados ao protocolo e ato lavrado.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
13.1 A serventia efetua a validação do			



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

documento, na forma do artigo 681, § 5º do Código de Normas e observa a obrigatoriedade da anotação do livro e folhas em que foram utilizadas (CN, art. 681, § 8º)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
13.1 Para o ato praticado no protocolo nº 1019950 não foi efetuada a validação do documento. Regularizar.			

### ARQUIVO DE GUIAS DO FUNREJUS (CN, art. 667, inciso XVI)

14 Os arquivos são organizados de acordo com os livros de escrituras ou procurações utilizados.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
14.1 Constam das guias referências aos atos praticados, às datas respectivas e às bases de cálculo utilizadas?			
14.2 Nos casos analisados por amostragem, a guia do FUNREJUS foi recolhida no prazo, ou seja, antes ou na data da lavratura do ato (Instrução Normativa nº 03/2006-FUNREJUS)?			
14.3 O recolhimento ao FUNREJUS, referente aos atos notariais sem expressão econômica (Lei 18.415/14) seguem a regra do Manual do Tabelionato de Notas para emissão de guias de recolhimento ao FUNREJUS, constante no site do Tribunal de Justiça, incidindo o percentual de 25% sobre o valor dos emolumentos e sendo efetuado até o dia útil posterior à realização dos atos?			
14.4 Os recolhimentos ao FUNREJUS realizados resultam da aplicação de 0,2% sobre o valor do ato ou do negócio e àqueles referentes as escrituras de inventário e partilha (Lei 11.441/07) seguem a regra do artigo 3º, inciso VII, da Lei Estadual 12.216/98 e do artigo 5º, inciso VII, do Decreto Judiciário 153/99, incidindo o percentual de 0,2% sobre o valor da totalidade dos bens objeto da partilha?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O



## Corregedoria-Geral da Justiça

### Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

a) Nas escrituras públicas o valor da transação deverá ser o de mercado, lembrando que por ocasião do registro, poderá o (a) Tabelião (ã) impugnar o valor atribuído visando a atualização do valor do imóvel - CN, art. 62 e, por outro lado, a consequente atualização dos valores devidos ao FUNREJUS.

b) nos termos do item 9 da Instrução nº. 01/1999, "deverão ser atualizados os atos que apresentarem valores desatualizados, assim entendidos os praticados há mais de três meses".

c) para os negócios jurídicos valorados, mas sem expressão em unidade monetária, utilizará no cálculo da taxa devida ao FUNREJUS, sempre que possível (p.ex. produtos agrícolas e semoventes), a cotação média do produto na região, de acordo com os indicadores oficiais na data do ato.

d) Nas hipóteses de que trata o artigo 3º, inciso VII, alínea b, número 15, da Lei nº. 12.216/98 deve constar na escritura, declaração do funcionário público, sob as penas da lei, de que o imóvel destina-se à sua residência, sob pena de não configurar a hipótese de isenção legal.

#### ARQUIVO DE COMUNICADOS DA DOI À RECEITA FEDERAL (CN, art. 667, inciso XVII e 687)

15 Em uso o arquivo nº Os arquivos são anuais.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
15.1 Nos atos analisados por amostragem constatou-se regularidade no envio da DOI à Receita Federal?			
15.2 O envio da DOI é realizado mensalmente?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

#### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Recomenda-se, sempre que, houver dúvida no dever de realizar a comunicação de atos envolvendo imóveis, que se proceda ao envio da DOI na forma da Instrução Normativa nº 1112/10 da SRF, pois não há qualquer penalidade para comunicação de atos que ela não se fazia necessária.





# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### ARQUIVO DE COMUNICADOS AO DISTRIBUIDOR (CN, art. 667, inciso XIV)

16 Em uso o arquivo nº 42.

	SIM	NÃO	CORREIÇÃO ANTERIOR
16.1 Pelas relações, analisadas por amostragem, cumpre com rigor a periodicidade dos comunicados, encaminhando-as a cada dez dias, pelo sistema mensageiro ou por meio de transmissão eletrônica de dados (CN, art. 680, § 1º)?			
16.2 Observa o Decreto Judiciário n. 744/2009 e recolhe as custas através de guia (FUNJUS)?			
16.3 Mantem as guias do FUNJUS anexadas às relações?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
16.3 Mantém arquivadas em pasta própria, por ano. Regularizar, mantendo as guias arquivadas junto com as relações encaminhadas.			

#### O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

a) Tendo em vista os valores cobrados pelos boletos gerados pelos bancos ao Distribuidor e visando gerar economia e privilegiar a racionalização do serviço, orienta-se que os comunicados sejam encaminhados no prazo de 10 (dez) dias, para que haja três comunicados por mês.

b) Ademais, deverá encaminhá-las, preferencialmente, em formato *word* ou *excel* para o Distribuidor, que preencherá a data e o número do registro e devolverá a mesma, acompanhada da relação dos selos utilizados.

c) Deverão ser arquivados o mensageiro de envio, a relação com o registro preenchido, o relatório dos selos e a guia de recolhimento do Funjus.

d) Por força do Decreto Judiciário n. 744/2009, a partir de 1º de outubro de 2009 todos os recolhimentos ao Serviço Distribuidor para o fornecimento de certidões ou registro de escrituras deve ocorrer através "quitação bancária, mediante o pagamento de boleto bancário expedido unicamente pelo Sistema Uniformizado" (art. 5º), acessível através da página do Tribunal de Justiça na internet, mediante o seguinte procedimento. Desta forma, vedado o pagamento de emolumentos diretamente na Serventia.



# Corregedoria-Geral da Justiça

Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

SÍTIO ELETRÔNICO: [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br)

## IMAGENS DA SERVENTIA





# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000



### AO AGENTE DELEGADO

1. Realizar todas as regularizações determinadas e apresentar os documentos referidos na ata correicional.

2. Concedem-se **30 (trinta) dias** para a efetiva revisão e regularização do apontado nesta Ata, com apresentação de certidão de regularidade, item a item, ao doutor Juiz Corregedor, para que proceda à conferência do cumprimento de todas as determinações contidas nesta Ata.



# Corregedoria-Geral da Justiça

## Poder Judiciário do Estado do Paraná

SEI nº 0026020-59.2017.8.16.6000

### JUÍZA CORREGEDORA DA COMARCA

1. Proceder à aferição pessoal da regularização de cada item apontado como irregular nesta Ata Correicional;
2. Em **noventa (90) dias**, anexar ao presente SEI, relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas, juntamente com a certidão de regularidade, item a item, emitida pelo Sr. Agente Delegado.

### CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. À Divisão Jurídica para as providências necessárias.
2. Após, encaminhe-se à Divisão Administrativa para atualizar os dados cadastrais das serventias.

### CONCLUSÃO

Declarando encerrada a Correição pelo Corregedor-Geral da Justiça e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao Doutor Juiz de Direito Corregedor da Comarca.

**Des. MÁRIO HELTON JORGE**  
Corregedor da Justiça